

## **Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos no Brasil : desafios e perspectivas**

**Nair Heloísa Bicalho de Sousa**

**Coordenadora do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília**

**Membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**

### **INTRODUÇÃO**

A estímulo à educação em direitos humanos no Brasil teve impulso a partir de um conjunto de educadores da sociedade civil interessados no tema, que participaram de curso junto ao Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) na Costa Rica e obtiveram dele financiamento para iniciar suas ações em meados dos anos 1980. Esta iniciativa envolveu estados do sudeste e nordeste, iniciando uma rede de organizações sociais que assumiram esta tarefa junto à sociedade (CANDAU, 2007). Tendo como referência a constituição de um sujeito de direitos comprometido com a ética, a política e a memória nacional, este trabalho teve diversos desdobramentos até os anos 1990, ocasião em que o IIDH não pode mais dar prosseguimento à sua política de apoio às atividades de educação em direitos humanos no Brasil. A partir daí, as redes constituídas no país mantiveram suas atividades de capacitação de educadores e produção de material didático, sem contudo contar com apoio financeiro institucional.

Ao nível internacional, a Conferência Mundial de Direitos Humanos (ONU) realizada em Viena no ano de 1993 com a presença de 171 delegações oficiais e 813 representantes de ONGs, destaca na Parte IID, parágrafo 78 da sua Declaração e Programa de Ação, a importância da educação em direitos humanos para “fomentar a compreensão mútua, a tolerância e a paz”. Este foi o marco inicial, seguido pela Década das Nações Unidas para a Educação na Esfera dos Direitos Humanos 1995-2004 e o lançamento do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos em 2005.

A Conferência de Viena (ALVES, 2004) fez a recomendação para que os países participantes se comprometessem com a elaboração de um plano nacional de ação. O Ministério da Justiça do Brasil, responsável pela política pública de direitos humanos, formou em seguida uma Comissão para propor um Programa Nacional de Direitos Humanos em parceria com a sociedade civil. Em 1995-1996 foram realizados 6 seminários regionais, com 334 participantes de 210 entidades da área de direitos humanos. Esta proposta foi discutida na I Conferência Nacional de Direitos Humanos, e o **I Programa Nacional de Direitos Humanos** do país foi lançado pelo governo Fernando Henrique Cardoso em maio de 1996.

O eixo do I PNDH foi pautado nos princípios do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966), voltado para políticas públicas de proteção (direito à vida e direito à liberdade) e suas metas estavam relacionadas a grupos sociais específicos (crianças e adolescentes, mulheres, população negra e indígenas dentre outros). Este programa contudo, não tinha dotação orçamentária própria, o que na prática restringiu sua implementação.

Em 1997 foi criada dentro do Ministério da Justiça a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos para dar suporte institucional direto à política pública de direitos humanos do país. Neste ano, o Brasil adota os **Parâmetros Curriculares Nacionais**, que estabeleceram o vínculo direto entre educação e cidadania, esta última compreendida como exercício de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, tendo como referência valores, atitudes e práticas sociais pautadas na solidariedade, cooperação, repúdio às injustiças e respeito ao outro.

Em 1999 a IV Conferência Nacional de Direitos Humanos com ampla participação da sociedade civil debateu os impactos da implementação do I PNDH e propôs a inclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais no novo plano. A secretaria nacional transformada em Secretaria de Estado de Direitos Humanos realizou seminários regionais com representantes governamentais e da sociedade civil que elaboraram o **II Plano Nacional de Direitos Humanos** com o apoio técnico do NEV (Núcleo de Estudos da Violência da USP). Neste segundo plano, teve destaque a área de educação em direitos humanos que passava a compor o seu conteúdo programático.

O II PNDH, lançado em 2002, era composto por 518 propostas de ações governamentais envolvendo os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Neste ano, as ações estavam integradas em 10 programas da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e em 62 programas federais, porém não dispunha de orçamento próprio. A partir daí, o novo Plano Plurianual (2003-2008) passou a garantir recursos para a política de direitos humanos, ainda que não suficientes para cobrir a ampla gama de demandas da sociedade civil.

Ao final da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em junho de 2004, foi elaborada pelos participantes a Carta de Brasília que reivindicava a priorização dos recursos orçamentários para o II PNDH, responsabilizando a política econômica do país pela baixa aplicação de recursos em programas do II PNDH. O contingenciamento financeiro feito pelo Ministério da Fazenda em 2003 e 2004, somado às dificuldades de gestão da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), resultavam em falta de poder efetivo da SEDH, apesar do seu esforço para garantir a imagem democrática do governo<sup>1</sup>.

Em 2003, o novo **governo Luis Inácio Lula da Silva** com plataforma democrático-popular direcionada para a eliminação da desigualdade e exclusão social desvinculou a área de políticas públicas de direitos humanos do Ministério da Justiça e constituiu a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) vinculada à Presidência da República. Neste ano, dentre outros, foi criado o **Comitê Nacional de Educação em**

---

<sup>1</sup> Em 2010 foi lançado o PNDH -3 que incorporou as resoluções da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos (1 200 delegados e 800 observadores e convidados) e propostas aprovadas nas conferências nacionais realizadas a partir de 2003 (educação, saúde, meio ambiente, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, grupos LGBT dentre outras), demonstrando o resultado de um amplo debate democrático sobre as políticas públicas desta esfera. Este plano é composto por 6 eixos orientadores: 1. Interação democrática entre Estado e sociedade civil; 2. desenvolvimento e direitos humanos; 3. universalizar direitos em um contexto de desigualdades; 4. segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; 5. educação e cultura em direitos humanos; 6. direito à memória e à verdade.

**Direitos Humanos**<sup>2</sup>, formado por especialistas e representantes governamentais e da sociedade civil, encarregado de elaborar a versão preliminar do **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Lançado em dezembro de 2003, este plano abrange 5 áreas: educação básica, educação superior, educação não – formal, educação dos profissionais de segurança e justiça e educação e mídia. Está voltado para o fortalecimento do Estado e comprometido com a transversalidade dos direitos humanos na educação e nas políticas públicas e o cumprimento dos instrumentos jurídicos internacionais, tendo em vista construir uma sociedade justa, igualitária e democrática.

**Educar para a cidadania**, segundo o PNEDH (2006), implica promover o respeito à igualdade, diversidade e liberdades fundamentais, com estímulo à participação social e contribuir para a constituição de uma consciência cidadã ao nível cognitivo, social, ético e político junto aos membros da sociedade brasileira. Na esfera educacional, propõe a utilização de processos metodológicos participativos formulados coletivamente e com linguagens e materiais didáticos contextualizados.

Em 2004 foi criada a **Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos** junto à SEDH, a qual passou a implementar as orientações do CNEDH e os demais programas e ações da SEDH nesta área temática. Em 2005 foi realizada uma Consulta Nacional do PNEDH com a participação de representantes da sociedade civil e dos órgãos públicos de 25 estados e do Distrito Federal e em dezembro de 2006 foi lançada a versão definitiva do PNEDH.

### **COMITÊS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DO BRASIL: PERFIL, ATORES, AÇÕES, ESTRATÉGIAS E AVANÇOS**

Em 2006, o CNEDH propôs a criação de **Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos (CEEDH)** como um **espaço público plural** para desenvolver atividades político-educativas, a fim de propor e promover políticas de educação em direitos humanos em sua área de abrangência, criados por iniciativa conjunta dos diversos sujeitos e com articulação junto ao CNEDH<sup>3</sup>. Órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e outras com atuação em uma das cinco áreas do

---

<sup>2</sup> No Brasil, desde os anos 1990 tem sido criadas diferentes formas de participação política: 1. **orçamento participativo**, iniciativa de prefeituras democráticas que passaram a incorporar a população no processo decisório dos recursos para as políticas públicas locais. No período de 1997 a 2000 mais de 140 municípios brasileiros, utilizavam este instrumento participativo, criando um espaço público não-estatal para deliberar sobre os investimentos locais (RIBEIRO e GRAZIA, 2003). 2. **conselhos de programas**, articulam funções executivas dentro de um programa referentes aos beneficiários, metas e acesso a bens e serviços elementares; 3. **conselhos de políticas**, previstos em leis nacionais com função de planejamento e fiscalização de ações, além de ser instrumento de canalização de demandas e negociação dos interesses de diversos grupos sociais; 4. **conselhos temáticos**, criados por iniciativa do município ou estímulo estadual (TATAGIBA, 2002).; 5. **fóruns** que reúnem diferentes movimentos, ONGs e redes sociais em torno de um tema específico (SHERER-WARREN, 2007). O CNEDH é um órgão consultivo da SDH, voltado para orientar a política de educação em direitos humanos da secretaria. As deliberações tomadas nas reuniões são encaminhadas pela CGEDH por intermédio de programas e ações, assim como por editais específicos, tendo em vista sua implementação.

<sup>3</sup> As atribuições das diferentes instituições e organizações sociais envolvidas na implantação e manutenção dos CEEDH foram definidas pelo CNEDH, em documento elaborado por uma comissão em 2008.

PNEDH podem compor os CEEDH para realizar : 1. articulação e mobilização para o desenvolvimento de ações na área das políticas públicas de Educação em Direitos Humanos (EDH); 2. coordenação do processo de elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos (PEEDH); 3. incentivo à proposição de ações educativas e de produção de pesquisas nas cinco áreas do PNEDH; 4. mobilização, incentivo e orientação na organização dos comitês municipais /regionais de EDH.

As **estratégias** previstas para a organização e atuação dos Comitês incluem: 1. definição de dinâmica organizativa que normatize a constituição, composição, organização e funcionamento do CEEDH; 2. elaboração de um planejamento participativo; 3. mapeamento de instituições e de ações de EDH no Estado; 4. articulação com instituições encarregadas de desenvolvimento de políticas públicas de EDH e que atuam nas várias áreas do PNEDH; 5. garantia da participação legítima e qualificada de instituições e organizações representativas e com atuação em todas as áreas do PNEDH; 6. colaboração na formulação, monitoramento e avaliação do projeto de financiamento para o fortalecimento do Comitê Estadual.

Neste processo de instalação e fortalecimento dos CEEDH, as **universidades públicas federais** <sup>4</sup> tem o papel de: 1. participar ativamente do processo de organização, constituição e atuação do CEEDH; 2. desenvolver a gestão participativa do projeto, que é do comitê, mediado pela Pró-Reitoria de Extensão de cada universidade; 3. colaborar com o fortalecimento da legítima organização e composição do Comitê; 4. subsidiar a elaboração e o desenvolvimento do planejamento participativo, disponibilizando recursos do projeto. 5. pactuar com o Comitê as atividades a serem desenvolvidas, as responsabilidades de gestão, execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e distribuição dos recursos financeiros; 6. colaborar na elaboração de metodologia de construção e do processo de formulação do PEEDH.

Por outro lado, os **órgãos públicos e as organizações da sociedade civil** devem estar dispostos a: 1. participar ativamente do processo de organização, constituição e atuação do CEEDH; 2. mobilizar diversos agentes públicos e da sociedade para participar das ações de EDH promovidas pelo CEEDH; 3. colaborar com a universidade na gestão, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas do projeto; 4. incentivar o fortalecimento da legítima organização e composição do Comitê, que será o sujeito central da convergência de ações em EDH; 5. contribuir para a elaboração do planejamento participativo do CEEDH; 6. participar ativamente do processo de elaboração da metodologia e do processo de formulação do PEEDH.

Os CEEDH foram constituídos a partir de editais da SEDH e da SECAD<sup>5</sup> /MEC em dezembro de 2006, o que resultou na formação de 12 CEEDH em 2007 e novos editais foram feitos pela SEDH nos anos seguintes, os quais resultaram na formação de 22 CEEDH e um municipal ao longo dos últimos anos.

---

<sup>4</sup> O Brasil registra em 2011 um total de 59 universidades públicas federais em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Nos últimos anos, houve um processo de interiorização dos *campi* das universidades, fato que permitiu uma expansão do ensino superior público para áreas urbanas com populações de estratos sociais inferiores. Fonte: INEP/MEC, 2011.

<sup>5</sup> Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

Deste total, 12 foram constituídos em 2007 , 5 em 2008 e nos anos seguintes houve continuidade nesta expansão, alcançando mais 1 comitê estadual ( estado de Mato Grosso do Sul) e 1 municipal (São Leopoldo/ estado do Rio Grande do Sul)<sup>6</sup> em 2009 e 3 comitês estaduais em 2010 (estados de Alagoas, Amazonas e Rio de Janeiro), totalizando no final de 2010 , 22 comitês estaduais e 1 municipal. Das 27 unidades federativas, apenas 7 permanecem sem CEEDH (estados do Amapá, Pará, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, São Paulo e o Distrito Federal).

A **pesquisa de campo sobre o desempenho dos CEEDH** foi realizada em **duas etapas**.A primeira, em maio de 2009, teve como objetivo mapear o perfil dos comitês, conhecer os atores sociais envolvidos, as estratégias adotadas, as principais dificuldades e os passos para avançar no processo de institucionalização dos comitês e teve a participação de 10 CEEDH: região norte (estados do Acre, Rondônia e Roraima); região nordeste ( estados do Maranhão, Piauí e Paraíba); região centro-oeste (estado do Tocantins); região sudeste ( estado de Minas Gerais) e região sul ( estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul).Foi aplicado um questionários junto a 17 CEEDH nas cinco regiões brasileiras, dos quais 10 devolveram com as informações solicitadas.Os dados apresentados nas tabelas 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 correspondem às informações obtidas por meio deste questionário.

A segunda etapa foi realizada por meio da aplicação de um segundo questionário em setembro de 2009, tendo como finalidade conhecer o papel das universidades na implantação dos CEEDH.Desta etapa participaram 14 representantes dos CEEDH: região norte (estados do Acre, Rondônia e Tocantins); região nordeste ( estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia); região centro-oeste (estados do Mato Grosso e Goiás); região sudeste (estado de Minas Gerais) e região sul (estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul).Os dados obtidos neste instrumento de coleta estão apresentados nas tabelas 4, 5, 6, 7, 8 e 17.

Cabe lembrar que os participantes desta investigação foram os coordenadores dos CEEDH, fato que deve ser levado em consideração diante dos dados obtidos pelos questionários.Não foi possível estender o trabalho de campo junto aos representantes de órgãos públicos e entidades civis devido à ausência de recursos disponíveis e de equipe técnica para viabilizar esta tarefa.

**Tabela 1 - Características dos CEEDH**

<b>Características dos Comitês</b>	<b>Frequência</b>
Conjunto de instituições públicas e privadas	4
Fórum de entidades	2
Em processo de implementação	2
Rede	1
Sem resposta	1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

<sup>6</sup> Este comitê envolve várias cidades em torno de São Leopoldo (RS), assumindo assim um caráter inter-municipal.

Do conjunto dos 10 CEEDH pesquisados, 7 deles já implementados descreveram a **estrutura dos Comitês** como um conjunto de instituições públicas e privadas, que em **2 casos** assume o formato de fórum e **em 1** a configuração de rede. Isto implica na existência de uma **articulação** entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil tal como previsto pelo CNEDH.

**Tabela 2- Principais atores sociais envolvidos**

<b>Atores sociais</b>	<b>Frequência</b>
Membros da sociedade civil com níveis de formação e educacional diversos, ONGs, universidades, lideranças de movimentos sociais e órgãos estatais	6
Sem comitê formado	1
Sem resposta	3
<b>Total</b>	<b>10</b>

60% dos coordenadores dos CEEDH que responderam esta questão afirmaram serem estes articulados com pessoas comprometidas com esta política, tais como ONGs, universidades, representantes de órgãos públicos e lideranças de movimentos sociais. De acordo com as regras estabelecidas no edital elaborado para a constituição dos CEEDH, este contingente de atores sociais compõem o quadro de pessoas e instituições previstas.

Nesta perspectiva, a composição atual dos CEEDH apresenta um perfil sócio-político-administrativo que corresponde ao previsto nas regras do edital.

**Tabela 3- Articulação com parceiros do setor público e privado**

<b>Articulação</b>	<b>Frequência</b>
Articulação em andamento com parceiros integrantes do comitê	3
Universidades, secretarias estaduais, câmaras municipais, ministérios, Polícia Federal, Comissão de DH, grupos sociais de gênero e raça, ONGs, IES privadas	6
Não tem comitê formado	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

De acordo com as informações obtidas na Tabela 3, 60% dos coordenadores dos CEEDH que participaram da pesquisa, informaram sobre a ocorrência de articulações com parceiros do setor público das esferas municipal, estadual e federal e ao nível privado, afirmaram ter parceria com instituições e grupos sociais da sociedade civil.

Do ponto de vista das regras definidas no edital, estas articulações parecem ser integradas por atores sociais do setor público e da sociedade civil que estão sintonizados com a previsão feita para os CEEDH.

**Tabela 4 –Avaliação da participação das universidades no projeto de implantação dos CEEDH**

<b>Critério de avaliação</b>	<b>Frequência</b>
Excelente	5

Boa	4
Regular	4
Ruim	1
<b>Total</b>	<b>14</b>

Do total das respostas obtidas nesta tabela, 35,7% afirmaram ter sido excelente a participação das universidades no processo de constituição dos CEEDH e 28,5% consideraram boa a presença delas neste processo de implantação, configurando um total de 64,2% de entrevistados com postura bastante favorável ao papel exercido pelas instituições de ensino superior. Aproximadamente um terço dos informantes considerou este desempenho regular e apenas 7,1% adotaram uma postura negativa a respeito do papel das universidades neste processo.

Desse modo, é possível verificar que a avaliação feita pelos coordenadores estaduais dos CEEDH a respeito do processo de implementação dos CEEDH brasileiros parece ser bastante positiva.

**Tabela 5 – Adequação dos objetivos dos CEEDH à área de extensão das universidades**

Comitês Estaduais	Frequência		
	Sim	Não	Parcial
<b>Região Norte</b>			
Acre	1		
Rondônia	1		
Tocantins	1		
<b>Região Nordeste</b>			
Maranhão			1
Piauí	1		
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba		1	
Pernambuco	1		
Bahia	1		
<b>Região Centro-Oeste</b>			
Mato Grosso	1		
Goiás	1		
<b>Região Sudeste</b>			
Minas Gerais		1	
<b>Região Sul</b>			
Santa Catarina	1		
Rio Grande do Sul	1		
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Nota: Apesar da representante do CEEDH do Piauí ter considerado haver adequação entre os objetivos do CEEDH e a área de extensão da universidade, ela informou haver também obstáculos para a plena

---

realização desta finalidade.

---

Nesta tabela, observa-se uma certa unanimidade (92,9%) em relação à integração entre os objetivos dos CEEDH e as atividades desenvolvidas pela área de extensão das universidades. Isto permite inferir que a proposta de criação dos CEEDH encontrou ressonância junto às ações extensionistas em vigor, tendo de alguma maneira contribuído para fortalecer esta área acadêmica específica.

**Tabela 6 - Características do processo de articulação interna entre as diferentes áreas de conhecimento das universidades que atuam na esfera dos direitos humanos**

<b>Características</b>	<b>Frequência</b>
A própria reitoria tem manifestado empenho no projeto	1
Trabalho de campo, reunião de professores de departamentos e núcleos diferentes, aumento da visibilidade e articulação de trabalhos, grupos de estudo e pesquisa	8
A força do tema em alguns estados	1
Dificuldade em ter diálogo constante entre os setores	1
Projeto descentralizado	1
Sem resposta	2
<b>Total</b>	<b>14</b>

Nesta tabela, pode ser registrado a presença de uma certa maioria de pessoas (57,1) que apresentam informações concretas sobre as diferentes formas de articulação interna entre as áreas de conhecimento das universidades: grupos de estudos e pesquisas conjuntos, reuniões de representantes de unidades acadêmicas e núcleos de pesquisa, intensificação dos trabalhos e trabalho de campo conjunto entre diferentes áreas. Apenas 2 representantes dos CEEDH não responderam e as respostas obtidas pelos 12 coordenadores se concentraram nos itens acima, sendo que um terço delas ficou disperso em pontos positivos (apoio da reitoria ao projeto, relevância desta temática nos estados e descentralização do projeto dentro da universidade) e negativo (dificuldade de diálogo entre representantes de diferentes áreas).

**Tabela 7 - Reuniões participativas com representantes de organizações públicas e privadas**

<b>Comitês Estaduais</b>	<b>Frequência</b>	
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Região Norte</b>		
Acre	1	
Rondônia	1	
Tocantins	1	
<b>Região Nordeste</b>		
Maranhão		1
Piauí	1	
Rio Grande do Norte	1	

Paraíba	1	
Pernambuco	1	
Bahia	1	
<b>Região Centro-Oeste</b>		
Mato Grosso	1	
Goiás		1
<b>Região Sudeste</b>		
Minas Gerais	1	
<b>Região Sul</b>		
Santa Catarina		1
Rio Grande do Sul	1	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>3</b>

A questão colocada na Tabela 3 corresponde a um aspecto central sobre o caráter democrático dos encontros entre atores do setor público e privado : a participação. As informações obtidas pelos coordenadores indicam que 78,5% deles consideram este aspecto presente nas reuniões realizadas nos estados para implementação dos CEEDH, sendo que apenas 21,4% registraram opinião contrária.

Neste caso, uma ampla maioria de entrevistados confirma a experiência do processo de discussões e deliberações para a formação dos CEEDH como participativa, ou seja, um espaço público plural onde os atores sociais se fazem presentes com suas opiniões e propostas para deliberação conjunta.

**Tabela 8 – Recursos financeiros para a implementação dos CEEDH**

Comitês Estaduais	Frequência		
	Sim	Insuficientes	S.R
<b>Região Norte</b>			
Acre			1
Rondônia	1		
Tocantins	1		
<b>Região Nordeste</b>			
Maranhão		1	
Piauí		1	
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	1		
Bahia	1		
<b>Região Centro-Oeste</b>			
Mato Grosso	1		
Goiás	1		
<b>Região Sudeste</b>			
Minas Gerais		1	

<b>Região Sul</b>			
Santa Catarina	1		
Rio Grande do Sul		1	
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

Nesta tabela, a maioria dos coordenadores (64,2%) afirmam que os recursos para a implementação dos CEEDH foram suficientes, enquanto aproximadamente um terço (28,5%) consideram estes insuficientes, sendo que apenas um deixou sem resposta esta questão. Neste caso, ainda que parte dos responsáveis pelo projeto tenham declarado dificuldades para cumprir os objetivos do projeto com os recursos repassados pela SDH e MEC, uma maioria razoavelmente expressiva opinou no sentido de ter conseguido cumprir as metas do edital com os valores monetários estabelecidos.

Neste sentido, cabe inferir que, apesar das dificuldades encontradas por um terço dos coordenadores estaduais, o projeto de constituição dos CEEDH pode ser levado à operacionalização pela maioria dos atores públicos e privados que o integram.

**Tabela 9 - Principais atividades desenvolvidas pelos CEEDH**

<b>Atividades</b>	<b>Frequência</b>
Cursos / Oficinas/	
Encontros de capacitação	17*
Apoio/ Participação em eventos de DH	7
Campanhas educativas	3
Sensibilização/articulação com atores/ parceiros vinculados aos DH	3
Criação de blog/ sítio eletrônico/ material audiovisual	3
Lançamento do PNEDH	2
Não desenvolveu atividades	2
Levantamento de experiências de EDH no Estado	1
Encontros do Plenário do CEEDH	1
Visitas a municípios	1
Audiência pública	1
Elaboração de material didático	1
Seleção de estagiário	1
Sem resposta	1
<b>TOTAL 45</b>	<b>45**</b>

\* Estimativa a partir das informações levantadas nos questionários.

\*\*O total é superior ao número dos informantes por se tratar de respostas múltiplas.

A ênfase na capacitação (cursos e oficinas) indicada na Tabela 5 é um aspecto a ser destacado. Aproximadamente 17 atividades desenvolvidas pelos CEEDH estão relacionadas a essa área (37,7%). Outra atividade importante é o apoio/ participação em eventos de DH (15,5%), seguida por campanhas educativas,

sensibilização/articulação com atores parceiros vinculados aos direitos humanos (6,6%) e criação de blog/sítio eletrônico/material audiovisual (6,6%), **além do** lançamento do PNEEDH (4,4%). As demais atividades foram mencionadas apenas uma vez, mas indicam a presença de uma prática voltada para : a) busca de conhecimento melhor da realidade ; b) . debate das experiências de EDH ; c) . maior articulação e reforço técnico-administrativo dos Comitês. Nesse conjunto de dados pode ser observado que os CEEDH estão orientando suas ações para a área político-educacional, conforme previsto pelo CNEDH.

**Tabela 10 - Dificuldades enfrentadas pelos CEEDH**

<b>Dificuldades</b>	<b>Frequência</b>
Problemas financeiros	3
Falta de informação	2
Falta de parceria e comprometimento dos órgãos públicos	2
Falta de adesão e de mobilização dos atores estaduais envolvidos com EDH	2
Problemas políticos	1
Frequência dos membros	1
Necessidade de articulação do Comitê pelo poder público	1
Falta de diretriz para as ações	1
Eleição de áreas prioritárias para cursos de capacitação	1
Interiorização/ regionalização do Comitê	1
Elaboração do PEEDH*	1
Realização de oficinas para profissionais da área de justiça, segurança e comunicação	1
Protagonismo almejado por algumas instituições de DH	1
Outras	2
<b>TOTAL</b>	<b>20**</b>

\* Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos

\*\* O total é superior ao número dos informantes por se tratar de respostas múltiplas.

Os problemas mencionados pelos representantes dos CEEDH são bastante diversificados. As **principais dificuldades** citadas na Tabela 6 são: a).problemas financeiros (15%) ; b) falta de parceria e comprometimento dos órgãos públicos (10%) ; c) falta de adesão/mobilização dos atores estaduais (10%) ; d) falta de informação (10%).Esses **fatores** citados são de **natureza estrutural ao processo de formação dos Comitês**, ou seja, configuram um conjunto de dificuldades que devem ser tratadas com toda atenção, sob o **risco de inviabilizar a constituição dos CEEDH**.

Parte das dificuldades indicadas uma única vez , como é o caso de problemas políticos , frequência dos membros , articulação do Comitê pelo poder público , falta de diretriz para as ações e .elaboração do PEEDH constituem questões relevantes para serem consideradas.

**Tabela 11 - Estratégias para resolver as principais dificuldades**

<b>Estratégia</b>	<b>Frequência</b>
Audiências públicas, aumento da articulação política, promoção do diálogo e definição de pautas conjuntas, além do trabalho de sensibilização de novos atores sociais e institucionais	2
Capacitação do comitê	1
Ampliar ações/atividades, melhorar articulações, mapear novos setores sociais e sistemas de justiça e segurança	1
Parcerias com o poder público, principalmente as secretarias municipais, ONGs e sociedade civil que possam oferecer capacitação em EDH	1
Reformulação de ações do projeto	1
Sem resposta	2
<b>Total</b>	<b>10</b>

Quanto às estratégias, os CEEDH indicaram uma série de atividades de curto e médio prazo que poderão auxiliar seus dirigentes a ampliar o espaço público de adesão a esta proposta, garantindo assim maior solidez dos parceiros do setor público e privado, tendo em vista a realização conjunta de atividades. Além disso, definiram medidas políticas (audiências públicas, definição de pauta conjunta, sensibilização dos atores e articulação política) totalizando 20% das respostas que poderão resultar em maior envolvimento de pessoas, grupos sociais e instituições públicas e privadas. Um ponto fundamental é o processo de capacitação dos membros do comitê (10%), fato que poderá resultar na potencialização das ações planejadas, além da ampliação das atividades e melhoria das articulações (10%) e parcerias com o poder público (10%). O trabalho de sensibilização também poderá resultar na identificação de novos parceiros do setor público e privado capazes de dar sustentação ao trabalho a médio e longo prazo.

**Tabela 12 – Avanços alcançados pelos CEEDH**

<b>Avanços</b>	<b>Frequência</b>
Maior integração e mobilização de pessoas / entidades vinculadas à EDH	4
Realização de cursos de capacitação	3
Articulação do CEEDH com o setor público e privado	3
Vínculo entre o CEEDH e o Fórum de DH do Estado	2
Lançamento / Discussão do PNEDH	2
Debate do PEEDH	2
Visitas / levantamentos de dados em municípios	2
Influência na discussão e controle democrático das políticas públicas	2
Montagem de audiovisual	1
Elaboração de plano e cronograma para as ações propostas	1
Estabelecimento de parcerias com entidades do setor público e privado	1
Realização de seminário mobilizador	1
Inclusão da EDH no Plano Decenal de Educação da prefeitura	1
Criação de Comitês Municipais	1
Acesso / disseminação de informações sobre EDH	1
Institucionalização do Comitê	1
Discussão / institucionalização dos DH na universidade	1

Não houve avanços	1
<b>TOTAL</b>	<b>30*</b>

\* O total é superior ao número dos informantes por se tratar de respostas múltiplas.

Os principais aspectos apontados na Tabela 12 como **avanços**, referem-se à maior integração e mobilização de pessoas/ entidades vinculadas à educação em direitos humanos (13,3%), que se soma à articulação do CEEDH com o setor público e privado (10%), e à realização de cursos de capacitação (10%), passo importante no processo de constituição dos comitês, alcançando 33,3% das respostas. Neste caso, pode-se inferir a ocorrência do cumprimento parcial do papel do CEEDH como um espaço público plural

Outros aspectos com 2 frequências cada que merecem destaque são: 1.lançamento/discussão do PNEDH ; b) Debate do PEEDH ; c) visita/levantamento de dados em municípios e a influência na discussão e controle democrático das políticas públicas. Este último aspecto é fundamental, tendo em vista o papel de incentivador de propostas de ações educativas. Quanto aos fatores mencionados uma única vez, estes ficaram muito difusos no conjunto das respostas, não apresentando relevância para a análise.

### Quadro 13 - Principais fatores que permitiram as conquistas alcançadas

<b>Fatores</b>	<b>Frequência</b>
Posicionamento das instituições, manutenção de núcleos, recursos da SEDH e parceiros, capacitação dos envolvidos na temática de DH, envolvimento das universidades e agrupamentos de entidades e órgãos em nível nacional	5
Adequação à realidade, busca pelo interesse da comunidade, novas técnicas participativas, solução de problemas, e a disposição dos envolvidos em levar o projeto adiante	2
Não houve avanço	1
Sem resposta	2
<b>Total</b>	<b>10</b>

Para 50% dos informantes, os **avanços** obtidos no processo de implantação dos CEEDH e de seu funcionamento estão relacionados à existência de recursos para as atividades planejadas, à capacitação dos atores sociais e ao envolvimento das universidades e entidades locais e órgãos federais. Uma avaliação dessas informações permite inferir que a presença de recursos combinada com a formação dos agentes sociais e do comprometimento dos atores sociais e institucionais com a proposta dos CEEDH, constitui uma convergência de fatores fundamentais para garantir um resultado positivo nesta iniciativa

### Tabela 14 – Contribuições do CNEDH aos Comitês Estaduais

<b>Contribuições</b>	<b>Frequência</b>
Apoio institucional	6
Fornecimento de material acadêmico, didático e audiovisual aos CEEDH	4

Maior articulação/ troca de experiências/ encontros regionais entre os CEEDH	4
Elaboração de diretrizes norteadoras	2
Maior participação do CNEDH nas atividades do CEEDH	2
Realização de encontros regionais de CEEDH	2
Parceria com repasse de recursos financeiros	1
Informações sobre Fóruns/GTs com participação de membros CNEDH	1
Maior oferta de exemplares do PNEDH para os CEEDH	1
Orientação para a participação dos membros do CEEDH nas Conferências Nacionais	1
Elaboração de logotipo para os CEEDH	1
Criação de banco de dados sobre os CEEDH	1
Visita técnica aos Estados	1
<b>TOTAL</b>	<b>25*</b>

\*O total não corresponde ao número de informantes por se tratar de respostas múltiplas.

Para os representantes dos Comitês Estaduais, as **principais contribuições solicitadas ao CNEDH** (Tabela 14) correspondem a 56% das respostas e se referem a : a) apoio institucional (24%) ; b) fornecimento de material acadêmico, didático e audiovisual (16%) ; c) maior articulação/ troca de experiências/ encontros entre os CEEDH (16%) .

Em seguida, com 2 frequências cada (8%), foram apontadas as seguintes solicitações: elaboração de diretrizes norteadoras e maior participação do CNEDH nas atividades dos CEEDH. Neste caso, as solicitações feitas correspondem ao papel do CNEDH. Quanto à participação nas atividades dos CEEDH, cabe ao Comitê Nacional definir estratégias para viabilizar esta tarefa. As demais contribuições do CNEDH foram apresentadas de forma difusa, o que resultou em perda de relevância para a análise.

Este conjunto de demandas revela que os CEEDH tem a expectativa de que o CNEDH possa exercer um papel de apoio ao processo de institucionalização dos Comitês e a função de fornecimento de material bibliográfico e audiovisual.

**Tabela 15 – Contribuição de outros atores públicos e/ou privados de nível federal, estadual ou municipal para a constituição e manutenção dos CEEDH**

<b>Atores</b>	<b>Frequência</b>
Prefeitos municipais, sindicatos, federações, igrejas, ONGs, universidades, secretarias, conselhos estaduais, ministérios, entidades civis e instituições públicas e privadas	5
Programas de pós-graduação e órgãos federais, principalmente da justiça, mídia impressa e eletrônica	2
Dedicação dos envolvidos	1
SEDH, SECAD, CNEDH	1
Todos os atores público-privados	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

50% dos informantes apontaram um conjunto de atores públicos (prefeitos, universidades, secretarias, conselhos estaduais, ministérios dentre outros ) e privados (sindicatos, federações, igrejas, ONGs e entidades civis) como apoios prioritários para garantir o êxito do funcionamento dos CEEDH. Cabe lembrar que os órgãos da área de

justiça e da mídia também foram lembrados como suporte para os projetos e ações planejadas pelos Comitês Estaduais de EDH. Esta solicitação aos órgãos públicos e entidades da sociedade civil confirma a importância dos CEEDH atuarem sob forma de rede, constituindo um espaço público plural para debates e encaminhamentos da política de educação em direitos humanos ao nível estadual.

**Tabela 16 – Perspectivas dos CEEDH**

<b>Perspectivas</b>	<b>Frequência</b>
Ampliação do Comitê Estadual	2
Elaboração do PEEDH	2
Consolidação do CEEDH como orientador/propositor de políticas de EDH	2
Excelente perspectiva	2
Registro como pessoa jurídica	1
Espaço definitivo para funcionamento	1
Ampliação da equipe de apoio	1
Dificuldades organizacionais a serem superadas	1
Alcance de maior impacto da EDH no Estado	1
Capacitação de lideranças	1
Sem resposta	2
<b>TOTAL 16*</b>	<b>16*</b>

\* O total é superior ao número dos informantes por se tratar de respostas múltiplas.

As **principais expectativas de futuro** apresentadas pelos representantes dos CEEDH são bastante **favoráveis**: 1.ampliação e consolidação dos CEEDH (12,5%); 2. elaboração do PEEDH (12,5%) ; 3. excelente perspectiva (12,5%); 4. consolidação do CEEDH como orientador/propositor de políticas de EDH (12,5%) configuram um total de 50% das respostas.

As demais respostas , apesar da baixa frequência (6,2%), delineiam um horizonte futuro bastante positivo para os CEEDH: transformarem-se em pessoa jurídica, com local próprio, equipe reforçada e influência na área de EDH do Estado. Cabe lembrar que as dificuldades organizacionais a serem superadas, apesar de mencionadas por um representante dos CEEDH, é um aspecto fundamental para garantir sucesso nas suas ações. Este cenário referente aos diferentes aspectos mencionados pelos entrevistados, refletem adequação com o cumprimento do papel dos CEEDH, conforme previsto pelo CNEDH.

**Tabela 17 – Passos para o processo de institucionalização dos CEEDH nos estados**

Tornar o CEEDH uma política pública nacional	2
Regionalizar, interiorizar, municipalizar os comitês, articular com sistemas estaduais e municipais de ensino e sistemas de justiça	1
Garantir a posse do CEEDH	1
Ampliar a participação das instituições, garantindo maior visibilidade e poder de decisão	1
Intensificar articulações com representantes públicos, comprometimento dos	3

governos locais e realização de encontros em nível estatal e municipal, com compromisso dos setores civis e públicos mobilizando a sociedade civil e os parceiros	
Dar apoio técnico e financeiro, garantir a concretização do plano de ação e a implementação do PNEDH, promover a mobilização das instituições, troca de experiências entre os CEEDH e avaliação de seu desempenho	1
Aguardar resolução por parte do governo	1
Convidar entidades e instituições públicas para elaborar regimento interno	1
Capacitar educadores, garantir envolvimento efetivo da SDH e dos movimentos sociais vinculados à educação formal e não-formal e a participação dos órgãos do setor público	3
<b>Total</b>	<b>14</b>

Tendo em vista as informações obtidas nesta tabela, três grupos de respostas configuram a maioria das propostas feitas para garantir o processo de institucionalização dos CEEDH. O primeiro bloco (21,4%) indica a intensificação das articulações com o setor público, garantindo compromisso de governos locais e setores civis para obter a mobilização dos parceiros; o segundo bloco de respostas (21,4%) propõe a capacitação de educadores por intermédio da SDH, tendo em vista garantir a participação dos órgãos públicos e dos movimentos sociais; o terceiro bloco (14,2%) apresenta a proposta de transformar a criação dos CEEDH em política pública nacional. As demais respostas ficaram difusas, não permitindo assim uma análise específica dos dados.

## CONCLUSÕES PRELIMINARES

Os **CEEDH** enquanto uma articulação de órgãos públicos e organizações da sociedade civil tem como integrantes membros de diferentes níveis educacionais que participam de ONGs, movimentos e grupos sociais, representantes de universidades privadas e de órgãos públicos da esfera federal, estadual e municipal (ministérios, universidades públicas, secretarias estaduais e câmaras municipais dentre outros).

As **universidades públicas federais** tem tido um papel central no processo de implantação dos CEEDH, à medida que foi alvo dos editais da SDH e do Ministério da Educação para sua constituição. A Tabela 4 reflete a opinião positiva dos participantes desta pesquisa em relação ao papel dessas universidades neste processo: 35,7% consideraram excelente e 28,5% indicaram se tratar de um bom desempenho. Além disso, a proposta de criação dos CEEDH demonstrou para uma maioria absoluta (92,9%) ter sido adequada à dinâmica da **área de extensão universitária** (Tabela 5) e para 57,1% houve uma **articulação interna entre as diferentes áreas de conhecimento** (Tabela 6) presentes em reuniões com grupos de estudos e pesquisa e representantes de unidades acadêmicas voltados para esta finalidade.

Um ponto importante é a presença de **reuniões participativas** (78,5%) com os diversos representantes dos órgãos públicos e privados para deliberação conjunta sobre as atividades planejadas (Tabela 7), com **financiamento adequado** (64,2%) para o processo de implementação dos CEEDH (Tabela 8). As **atividades desenvolvidas pelos CEEDH** (Tabela 9) se concentram na realização de cursos, oficinas e encontros de capacitação (37,3%), seguidas pela participação em eventos de direitos humanos (15,5%), campanhas educativas (6,6%) e sítio eletrônico/material audiovisual

(6,6%).Este conjunto de atividades permite constatar o caráter educativo das ações realizadas nesse processo.

Inúmeras **dificuldades** (Tabela 10) foram apresentadas pelos representantes dos CEEDH, dentre as quais cabe destacar: problemas financeiros (15%), falta de comprometimento dos órgãos públicos (10%), falta de mobilização/adesão dos atores (10%) e falta de informação (10%). Neste caso, cabe propor alguns **encaminhamentos** a serem adotados pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos (CGEDH): 1. consultar a SDH a respeito de recursos financeiros disponíveis para viabilizar o processo de institucionalização dos Comitês.; 2.realizar levantamento das informações que os CEEDH consideram imprescindíveis para garantir a continuidade do seu trabalho; 3. a SDH deveria solicitar apoio dos seus parceiros nos estados ao trabalho dos CEEDH; 4. a CGEDH deveria contratar consultores para realizar um levantamento junto aos CEEDH de modo a permitir que a CGEDH possa monitorar as atividades dos CEEDH e dar apoio às suas dificuldades pontuais, tais como os problemas políticos, a dinâmica interna de funcionamento, a capacitação insuficiente dos membros e o apoio na implementação do plano de trabalho.

Para enfrentar as dificuldades encontradas, algumas **estratégias** (Tabela 11) tem sido adotadas para ampliar a adesão à constituição dos CEEDH, tais como audiências públicas, maior articulação política e sensibilização dos atores (20%), ampliação das atividades e melhoria das articulações (10%) e parcerias com o poder público (10%).Estas medidas poderão ampliar a visibilidade da proposta e criar mecanismos para os CEEDH poderem ser inseridos em espaços institucionais e sociais mais sensíveis à causa dos direitos humanos.

Em relação aos **avanços** (Tabela 12) alcançados em 2009, as respostas incluem um leque de fatores, dos quais cabe destaque a integração e mobilização de pessoas e entidades vinculadas à educação em direitos humanos (13,3%), realização de cursos de capacitação (10%), articulação do CEEDH com o setor público e privado (10%), além dos vínculos estabelecidos entre o CEEDH e o Fórum Estadual de Direitos Humanos (6,6%), a discussão do PNEDH (6,6%), o debate sobre o PEEDH (6,6%), visitas/levantamentos de dados em municípios (6,6%) e a influência na discussão e controle democrático das políticas públicas (6,6%).Esses avanços sinalizam no sentido que os representantes dos CEEDH reconhecem os esforços obtidos no processo de mobilização e integração de pessoas e entidades, assim como a importância dos cursos de capacitação e a articulação político-institucional com parceiros da esfera pública e privada.

Quando se observa os **fatores** que permitiram ter um resultado positivo nesta iniciativa (Tabela 13), a metade deles (50%) indica a postura das entidades, a presença das universidades e outros órgãos federais, a capacitação dos atores e recursos financeiros disponíveis para este resultado.Desse modo, esses fatores parecem de fundamental importância para garantir sucesso no desempenho dos CEEDH a médio e longo prazo.Este deve ser um ponto de reflexão por parte do CNEDH e da SDH para o planejamento das ações futuras a serem direcionadas aos CEEDH.

Quanto às **contribuições** solicitadas ao CNEDH (Tabela 14), 56% estão referidas ao apoio institucional (24%), fornecimento de material didático, acadêmico e audiovisual (16%) e maior articulação e troca de experiência entre os CEEDH (16%). Os **dois**

**primeiros itens** estão diretamente vinculados à SDH, no sentido de disponibilizar recursos para viabilizá-los, cabendo ao CNEDH uma orientação da estratégia a ser adotada. O **terceiro**, exige atenção do CNEDH, no sentido de propor um diagnóstico da situação de cada Comitê, de modo a indicar ações para fortalecer a integração e a troca de experiências entre os Comitês. Cabe destaque ainda para a solicitação de maior participação do CNEDH nas atividades do CEEDH (8%) e na elaboração de diretrizes norteadoras (8%), ambas atribuições do CNEDH, e este necessita definir estratégias concretas para implementá-las.

Quanto à **contribuição de outros atores públicos e privados** (Tabela 15) da esfera municipal, estadual e federal, 50% dos informantes apontaram um conjunto de atores públicos (ministérios, prefeituras, universidades, secretarias, conselhos estaduais dentre outros) e privados (sindicatos, federações, igrejas, ONGS e entidades civis) como parceiros fundamentais para garantir sucesso no funcionamento dos CEEDH. Esta referência deve estar relacionada às experiências de pessoas e instituições que compõem os CEEDH, tendo em vista as prioridades estabelecidas para o curto, médio e longo prazo do trabalho planejado. Este conjunto de parceiros principais apontados pelos membros do CEEDH poderão contribuir para sua fixação e ampliação a médio e longo prazo.

Quanto às **perspectivas dos CEEDH** (Tabela 16), um cenário favorável compõe este horizonte: 50% das respostas dos coordenadores apontaram a presença de uma excelente perspectiva (12,5%), consolidação dos CEEDH como orientador/propositor de políticas de educação em direitos humanos (12,5%) e a elaboração do PEEDH (12,5%) como referências a serem concretizadas a médio e longo prazo. Mesmo as respostas com menor frequência (6,2%) reforçam esta expectativa positiva do futuro dos CEEDH: transformação em pessoa jurídica com sede própria, equipe consolidada e influência na área da educação em direitos humanos no estado. Contudo, um dos entrevistados menciona **dificuldades organizacionais** que precisam ser superadas. Este tópico, ainda que mencionada apenas por um coordenador, merece grande consideração por parte da SDH e do CNEDH, pois os recursos financeiros no valor de R\$100 000,00 foram repassados por edital para garantir a implantação dos CEEDH, porém, não houve dotação orçamentária prevista para sua manutenção. Com este limite colocado, as ações dos CEEDH podem ficar seriamente prejudicadas, afetando de forma direta os aspectos organizacionais.

Neste sentido, os **passos apresentados para o processo de institucionalização dos CEEDH** (Tabela 17) devem tratar com atenção este último aspecto específico. As informações apresentadas pelos coordenadores podem ser organizadas em três blocos de respostas: o primeiro (21,4%) refere-se à intensificação das articulações com o setor público e privado para garantir a mobilização dos parceiros, o segundo (21,4%) propõe a capacitação dos educadores e o terceiro (14,2%) pede a transformação dos CEEDH em política pública nacional.

Este conjunto de propostas parte da idéia que os CEEDH deveriam ser multiplicados para efetivar o processo de educação em direitos humanos no país, tornando-se assim um instrumento concreto para este fim. Isto implica na previsão de recursos federais e/ou estaduais para viabilizar a criação de novos comitês, assim como para garantir a consolidação daqueles já existentes. Conforme mencionado anteriormente, o processo de formação dos CEEDH teve prosseguimento em 2009 com a criação de um comitê

estadual (estado de Mato Grosso do Sul) e um municipal (São Leopoldo no Rio grande do Sul) e em 2010 com a implantação de três comitês estaduais (estados de Alagoas, Amazonas e Rio de Janeiro) .Por outro lado, a mobilização e compromisso dos diferentes atores do poder público e da sociedade civil com esta proposta é um aspecto fundamental para viabilizá-la ao nível local.Cabe à SDH esta iniciativa, estimulando as secretarias estaduais de educação, direitos humanos, justiça, segurança pública e comunicação para oferecer uma contribuição efetiva para implementar e garantir o sucesso desta política nos estados.

Finalmente, o processo de capacitação de educadores é um eixo central para a difusão da educação em direitos humanos no setor da educação básica e superior<sup>7</sup>, assim como na esfera da educação não formal, da segurança e justiça e da mídia.O compromisso conjunto da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério da Educação e Ministério da Justiça torna-se fundamental para garantir o desdobramento da experiência dos CEEDH ao nível estadual e municipal, assim como para sensibilizar as áreas da segurança pública .Quanto à mídia, torna-se necessário realizar uma parceria com o Ministério das Comunicações para viabilizar um processo de sensibilização das empresas públicas e privadas da área, no sentido de possibilitar a realização de convênios e projetos que possam contribuir para a constituição de uma cultura de direitos humanos no país.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ABERS, Rebecca et al.Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil.Revista Ambiente & Sociedade, Campinas, v, XII n. 1, p.115-132.
- ALVES, J. A. LINDGREN.Os direitos humanos como tema global.S. Paulo:Perspectiva;Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1994.
- BITTAR, Eduardo.Educação e metodologia para os direitos humanos.S. Paulo: Ed. Quartier Latin, 2008.
- DAGNINO, Evelina.Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CANDAU, Vera e SACAVINO, Susana ( orgs.)Educar em direitos humanos: construir democracia.Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
- CANDAU, Vera.Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa M. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.
- CARBONARI, Paulo.Sujeito de direitos humanos: questões abertas em construção.In: SILVEIRA, Rosa M. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.
- GOHN, Maria da Glória.Conselhos gestores e participação sócio-política.S. Paulo: Cortez, 2ª. ed., 2003.
- GOHN, Maria da Glória.Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.S. Paulo: Cortez, 2ª. ed., 2010

---

<sup>7</sup> Neste ano (2011), está em tramitação junto ao Conselho Nacional de Educação a proposta de criação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos na esfera da educação básica e superior.Se esta iniciativa for aprovada, o Brasil passará a contar com um instrumento normativo de fundamental importância para viabilizar a educação em direitos humanos nos currículos destes dois sistemas de ensino formal do país.

IBRAM, IPEA, Comunidade Solidária. Conselhos municipais e políticas sociais. Brasília: IPEA, 1997.

MARTINS, Renato V.; SOUSA, Nair H. Bicalho de; MARTON-LEFÈVRE, Júlia. Educação para a paz e direitos humanos (orgs.) Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral, 2008.

Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996.

Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos 2. Brasília, 2002.

Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. PNDH - Plano de Ação 2002. Brasília, 2002.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008.

RIBEIRO, Ana C. T. e GRAZIA, G. de. Experiências do orçamento participativo no Brasil: período de 1997 a 2000. Petrópolis: Vozes, 2003.

SEDH/ Presidência da República. PNDH-3. Brasília, SEDH/PR, 2009.

SHERER-WARREN, I. Foruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. Revista Política e Sociedade, v.6, no.11, outubro de 2007.

SILVEIRA, Rosa M. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. RJ: Paz e Terra, 2002.



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)